

Discurso da ministra Miriam Belchior na abertura do 85º ENIC – Encontro Nacional da Construção Civil

Fortaleza, 2 de outubro de 2013

Inicialmente, quero agradecer o convite para estar neste 85º ENIC – Encontro Nacional da Construção Civil.

Foi com satisfação que recebi a informação de que o lema desta edição do ENIC é “O futuro que vamos construir juntos”.

Tenho certeza de que juntos, nós do setor público e o setor privado, já estamos construindo o futuro do Brasil.

Digo isso porque, entre 2003 e 2012, o PIB – Produto Interno Bruto cresceu a uma média de 3,6%, ante os 2,1% registrados nos anos oitenta e noventa.

Vale a pena lembrar que, até o final dos anos 90, a economia brasileira tinha praticamente um único motor: as exportações.

A partir de 2003, como sabemos, o governo ampliou o poder de compra do salário mínimo, que hoje acumula um aumento real de 71%.

Ao mesmo tempo, a taxa de desemprego começou a cair, até chegarmos aos 5,5% atuais, o menor patamar da história.

Em consequência, a massa salarial real cresceu 69% no mesmo período, gerando então um grande impulso ao consumo das famílias brasileiras, com reflexos imediatos na economia.

Além, é claro, do Programa Bolsa Família, que além de dar dignidade aos pobres do país, elevou-os à categoria de consumidores.

Dessa maneira, a ampliação do nosso mercado interno tornou-se o segundo motor de sustentação da nossa economia.

Um terceiro motor se agregou à nossa economia a partir de 2007: os investimentos em infraestrutura.

O PAC 1, em 2007, marcou a retomada dos investimentos em infraestrutura no Brasil.

Em 2009, foi criado o Minha Casa, Minha Vida, ampliando os efeitos do PAC 1.

Em 2011, foram lançados o PAC 2 e a segunda fase do Minha Casa, Minha Vida.

Em 2012, a Presidenta Dilma Rousseff lançou o Programa de Investimentos em Logística, amplo programa de concessões de rodovias, ferrovias, aeroportos, portos e energia.

Com essas iniciativas, nossa economia hoje é muito mais sólida, pois não depende de um único setor para se sustentar.

Estamos assim, recuperando o tempo perdido depois de mais de duas décadas em que praticamente não se realizou obras de infraestrutura fundamentais para o desenvolvimento do país.

Com essas três iniciativas, os investimentos em infraestrutura passaram a ser planejados e executados de forma integrada.

Houve ainda um aprimoramento da parceria do governo federal com estados e municípios, que voltaram a elaborar e executar projetos.

Para facilitar a execução dessas obras, houve o desmonte dos normativos que travavam o investimento no Brasil, além de melhorias nos sistemas de monitoramento.

Com isso, conseguimos executar 94% do PAC 1 e, em dois anos e quatro meses de PAC 2, mais da metade (56%) do previsto até 2014, em um total executado de mais de R\$ 557 bilhões.

O resultado destes esforços é conhecido: os investimentos em infraestrutura aumentaram muito no Brasil.

Somados, os investimentos públicos e privados em infraestrutura cresceram, entre 2007 e 2012, o dobro do aumento do PIB no mesmo período.

Os empregos no setor de infraestrutura também avançaram o dobro da média geral no país, e houve estímulos à capacitação da mão de obra.

Em 2011, por exemplo, pela primeira vez as universidades brasileiras tiveram um número de ingressantes nas diferentes engenharias (227,8 mil) superior ao número de ingressantes em cursos de direito (198,6 mil).

Todos esses avanços favoreceram ainda outras cadeias produtivas, como de material de transporte, indústria naval e petróleo e gás, representando um ciclo exitoso para a economia do país.

Alguns exemplos desta retomada são:

- 5 mil quilômetros de novas rodovias ou duplicações de rodovias existentes;
- 1,5 mil quilômetros de novas ferrovias;
- 19,4 mil megawatts de energia, o suficiente para abastecer a cidade de São Paulo ou a Argentina (40,4 milhões de habitantes);
- 14,4 mil quilômetros de linhas de transmissão, que poderiam ligar as cidades de São Paulo e Nova Deli (Índia), ou São Paulo e Sidney (Austrália);
- Ampliação e construção de 20 estaleiros – o Brasil voltou a ser um dos grandes produtores de navio no mundo;
- 3 milhões de ligações do programa Luz para Todos, beneficiando 12 milhões de pessoas;

- O desembolso em saneamento aumentou mais de 7 vezes;
- O desembolso em habitação aumentou mais de 20 vezes;
- O desembolso em transportes aumentou mais de 4 vezes, de R\$ 2,5 bilhões em 2002 para R\$ 10,7 bilhões em 2012;
- E o desembolso em manutenção de rodovias aumentou mais de 6 vezes, de R\$ 450 milhões em 2002 para R\$ 3 bilhões em 2012.

Sabemos que o setor de construção representa praticamente a metade (44%) dos investimentos totais no Brasil, especialmente com as cadeias produtivas de infraestrutura, edificações e montagem industrial.

Desta maneira, é inegável a contribuição do governo federal para o forte dinamismo do setor de construção nos últimos anos, especialmente com o PAC e o Minha Casa, Minha Vida.

Aliás, eu me lembro do início de 2009, quando o Presidente Lula determinou à então ministra da Casa Civil, nossa Presidenta Dilma hoje, a elaboração de um amplo programa de habitação, para enfrentar simultaneamente o deficit habitacional brasileiro e, como ação anticíclica, fortalecer o país diante dos efeitos da crise internacional de 2008.

Nós levamos quase quatro meses estruturando o que hoje é o Minha Casa, Minha Vida.

Acredito que o programa deu conta dos principais desafios para alcançar o objetivo traçado.

Já contratamos mais de 2,9 milhões de unidades, que representam R\$ 187 bilhões, entre recursos do governo e do Fundo de Garantia, na forma de financiamentos e subsídios.

Foram entregues mais de 1,3 milhão de moradias, beneficiando quase 5 milhões de brasileiros e brasileiras, número equivalente à população de Fortaleza e Salvador.

Quando começamos testar o desenho do programa, recebemos críticas por tirar do setor público a execução das obras e deixar isso a cargo do setor privado.

Hoje há uma unanimidade que o desenho criativo adotado foi fundamental para o sucesso do programa.

E o setor público manteve para si o que é indelegável: as metas e a definição das famílias a serem beneficiadas.

Ao mesmo tempo, com o Minha Casa, Minha Vida criamos uma parceria de longo prazo entre os setores público e privado, que deve se estender agora com o programa de concessões no setor de logística.

Quero reiterar que o governo federal tem sido parceiro das empresas não só no Minha Casa, Minha Vida, mas em muitas outras áreas, na expectativa de que todos os esforços contribuam para o crescimento sustentado do Brasil e para um país mais justo e sem pobreza.

Não foram poucas, por exemplo, as mudanças – as desonerações e as medidas para financiamento do setor privado, com redução de juros, aumento de prazos e carência.

O crédito imobiliário como proporção do PIB, para citar um dado apenas, aumentou de 1,51% em 2006 para 7,85% do PIB em junho passado.

Destaca-se aí, como sabemos, o papel dos bancos públicos.

Anteontem, foi anunciado mais um estímulo reivindicado pelo setor da construção: a alteração dos limites máximos de financiamento de imóveis no âmbito do SFH – Sistema Financeiro de Habitação.

O teto, que desde 2009 era de R\$ 500 mil para todas as regiões do país, nos novos financiamentos passará para R\$ 750 mil nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e para o Distrito Federal. Nos demais estados, o teto será de R\$ 650 mil.

Como parceira, gostaria de encerrar compartilhando a expectativa do presidente da Câmara Brasileira da Construção Civil, Paulo Simão, de que todos encontrem aqui neste evento muitas oportunidades de intercâmbio, aprendizado e crescimento.

A sintonia de interesses e a busca pela troca de experiências neste ENIC são bons exemplos da atuação conjunta do governo, das empresas e das pessoas na busca de um Brasil melhor.

Desejo uma boa participação a todos, com a certeza de que, mais uma vez, o ENIC debaterá os temas estratégicos para o setor, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do nosso país.

Muito obrigada.